

# LIMA BARRETO:

## A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE DOS REMEDIADOS

RITA DE CÁSSIA GUIMARÃES MELO\*

---

### RESUMO

O objetivo deste artigo é seguir a trajetória de algumas personagens de dois romances de Lima Barreto: *Clara dos Anjos* e *Numa e a Ninfa*. Neste analisamos os artifícios utilizados pelo bacharel Numa Pompílio de Castro para ascender e chegar à capital federal como deputado e casado com a filha de importante político. Nosso objetivo é compreender como os setores intermediários, denominados de “remediados”, conseguiram “cavar” espaços entre as elites e conquistar influência e poder. Em *Clara dos Anjos* a escolha das personagens seguiu o critério do lugar social ocupado no subúrbio, personagens que não se consideravam “pobres”. A ascensão desses extratos condicionava-se à não convivência com os “inferiores”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lima Barreto; classes médias (remediados); subúrbio; identidade.

### ABSTRACT

The aim of this paper is to follow the trajectory of some characters in two novels by Lima Barreto: *Clara dos Anjos* and *Numa and the Ninfa*. In this latter we analyze the tricks used by Bachelor Numa Pompilio de Castro to ascend and reach the federal capital as a deputy and married the daughter of a prominent politician. Our objective is to understand how the intermediate sectors, called "remediated," could "dig" spaces between the elites and gain influence and power. In the *Clara dos Anjos* the choice of characters followed the criterion of social place in the suburbs, characters that are not considered "poor". The rise of these extracts is not conditioned to the coexistence with the "inferior".

**KEYWORDS:** Lima Barreto; middle classes (remediated); suburb; identity.

---

Lima Barreto não pode ser acusado de se manter distante da sociedade, pois, no limite do possível, queria expressar a “verdade social” em sua literatura: seu objetivo, reiterado em diversas situações, era aproximar os vínculos entre a palavra e o mundo. A obra literária do escritor está inserida e é inseparável do mundo social. Em outras palavras, há estreitamento entre a realidade, a criação e a narração. As suas representações literárias permitem-nos afirmar que os dois pólos – obra e realidade exterior – não podem ser considerados termos autônomos e independentes. Analisando a obra por esse prisma, podemos ponderar que:

[...] a corte imaginária das personagens não se compõe de outro tecido, apesar de expressas no papel, que os da legião dos homens que frequentam as ruas. [...] O boneco de tinta cumpre um papel social como o boneco de carne e sangue, representando ambos suas frustrações, na fantasmagoria de um mundo criado coletivamente.<sup>1</sup>

Consideramos Lima Barreto um escritor que foi capaz de tirar do anonimato homens comuns, dando-lhes dignidade e sentimentos reputados distintos e nobres. Analisaremos aqui algumas personagens e alguns ambientes criados pelo escritor, cujo objetivo é aproximar a forma literária do tempo histórico e do espaço social aos quais pertencem, procurando reconstruir “os valores, o ethos que as personagens expressam na sociedade”,<sup>2</sup> aproximando as “personagens de papel” das “personagens vivas” – conforme expressão de Raymundo Faoro. O caráter específico da obra literária “irredutível à hora e ao lugar, não é tudo – mas o caminho, um dos caminhos, da visão integral da realidade, concretamente presente”.<sup>3</sup> Faoro considera que, mais do que fonte do estudo histórico, a obra de arte “testemunha a autenticidade dos valores que presidem o tempo”.<sup>4</sup> Estamos, assim, entrando em terreno pantanoso, em que há uma multiplicidade de aspectos a serem explorados pelo trabalho do historiador.

Em 3 de junho de 1911, a Gazeta da Tarde, do Rio de Janeiro, publicou o conto “Numa e a Ninfa”, que Lima Barreto, mais tarde, transformaria na novela com o mesmo título, divulgada em folhetins diários pelo jornal A Noite, de 15 de março a 26 de julho. Em forma de livro, a obra viria a circular apenas em 1917. É a menos conhecida do

público não especializado e, talvez, não incorremos em erro se afirmamos que também é a menos lida e aquela quase sempre esquecida pelos críticos, que a ela às vezes só fazem referência. Alfredo Bosi, nos ensaios sobre o Pré-modernismo, dedica um parágrafo à narrativa “Numa e a Ninfa” e a sua personagem (Numa Pompílio de Castro) com a seguinte consideração: *“‘Numa e a Ninfa’, sátira política, tende à caricatura: o deputado, Numa Pompílio de Castro, fina flor da burguesia dominante, jovem bacharel que sobe graças à sua diplomacia, no fundo cínica e capaz de sacrificar a honra pela conquista e pelo gozo de privilégios”*.<sup>5</sup>

O crítico literário, ao olhar de forma panorâmica essa obra, não está equivocando. Mas, se sairmos da superficialidade dessa síntese, lermos a obra na sua totalidade e atentarmos para a construção da personagem, sua trajetória é interessante e significativa da figuração dos setores intermediários que se formam no começo do século XX. Numa, a personagem, não era e nem pertencia “à fina flor da burguesia dominante”. A narrativa, ao contrário, mostra o processo de ascensão social da personagem pobre e obscura vivendo as agruras da instabilidade que o poder das oligarquias locais impingia àqueles que dependiam do jogo de influências para a sobrevivência física, material e social.

Outra meia verdade na análise de Alfredo Bosi é a afirmação de que a personagem, “graças a sua diplomacia”, conquista os privilégios da burguesia dominante. A análise dessa personagem nos leva em outra direção, pois a consideramos joguete das forças centrífugas presentes na capital do país e representativa da maneira como os remediados conseguiram ascender ao poder. Numa não esquecia sua origem e, ao mesmo tempo, não se reconhecia inteiramente na nova posição social que passou a ocupar. Levantamos aqui alguns aspectos da trajetória dessa personagem que foi considerada representativa do processo de ascensão dos remediados no início do século XX.

## Ascensão social e política de um remediado: o caso Numa Pompílio de Castro

O narrador de “Numa e a Ninfa” observa, na ante-sala de um gabinete, algumas pessoas sentadas à espera de serem atendidas por um deputado. A ante-sala era decorada “*com pretensões de luxo e majestade*”, havendo ali, além do busto de Floriano Peixoto, o retrato de uma senhora, D. Anita Garibaldi – “*certamente uma glória italiana*” –, e uma “*coleção de litografias*” dos ministros passados. Espalhadas pelas cadeiras, observa o narrador, havia “*aquelas fisionomias tristes das ante-salas dos ministérios*”. Ali sentados, à espera de serem atendidos, vamos encontrar os “pobres e remediados”, os “pretos e brancos”, as “mulheres e crianças”, os “moços e velhos”. São os elementos da “plebe nacional” à procura, dentro da nova estrutura social, de um lugar para si no espaço institucional da cidade. A forma de o narrador juntar esses grupos realça as disparidades reais existentes entre eles. Ao colocá-los no mesmo espaço, compartilhando a mesma atmosfera, iguala-os nos modos da sujeição e da dependência que tinham do Estado para a solução de problemas cotidianos.<sup>6</sup>

Embora sejam grupos distintos na condição social e econômica, racial e nas suas necessidades concretas de existência, todos pareciam “compungidos, incertos”, esperando “a graça do Estado quase divina”.<sup>7</sup> Na cidade, os sem propriedade continuam no “caminho dos favores”, substituindo as “prebendas” e a experiência do mundo rural, marcadas pelo “apadrinhamento do ‘potentado local’”, pelos pequenos benefícios que eram, agora, na cidade, distribuídos também pelas instituições do Estado. Pensamos aqui o lógico: os detentores de cargos dentro da estrutura do Estado dão continuidade à cultura da dependência de um benfeitor, um protetor.<sup>8</sup>

A cena descrita torna-se ainda mais contundente se pensarmos que desse Estado do qual se esperava ajuda nada sairia, pois o Estado, na Primeira República, beneficiou poucos.<sup>9</sup> Há nessa sala uma “atmosfera de angústia” e os contínuos e oficiais passavam “sem pousar o olhar” naquelas tristes criaturas. O interesse dessa descrição do narrador de “Numa e a Ninfa” prende-se ao fato

de que ela possibilita estender o olhar e ver mais longe, assim como perquirir mais fundo a situação desses grupos na ordem republicana. Quando o autor aproxima pobres-remediados, pretos-brancos, mulheres-crianças, moços-velhos, temos um quadro geral dos grupos que compunham a realidade social do início do século, e são justamente esses pares que não estavam na lista para o recebimento das graças do Estado, mas tinham ao menos a iniciativa de enfrentar a burocracia e tentar, de algum modo, resolver os problemas cotidianos. Consideramos significativa a exposição desses grupos nas ante-salas dos ministérios, porque é necessário um mínimo de falta de medo, de conhecimento ou reconhecimento de direitos para se sentir à altura de ser recebido e ouvido por um deputado ou um ministro. Isso mesmo nos dias atuais.

Mas existem outros segmentos que nem eram capazes de vislumbrar a possibilidade de sair dos lugarejos distantes para exigir ou, pelo menos, pedir, solicitar e expor as dificuldades à burocracia do Estado. Essa condição não era dada àqueles que estavam na escala social ainda mais inferior: estamos pensando naquelas massas rurais que migram para a cidade desconhecendo por completo as instituições existentes e qualquer direito. A eles não era permitido nem o vislumbre de recorrer a qualquer instância que não seus pares, em igual ou pior situação. Os pobres e remediados já estavam mal-acostumados à situação de dependência – pensando a continuidade de uma cultura da vida rural –, na qual contavam com a ajuda, mesmo que arbitrária e de conveniência, de um protetor. Mal-acostumados à situação de dispensáveis dentro do círculo de trabalho e produção, não era estranho a pobres e remediados chegar à cidade e logo procurar os caminhos já conhecidos pelas gerações anteriores. Assim é que encontravam o Estado e se punham à espera de que fosse ele o salvador das miserabilidades cotidianas vivenciadas na cidade. Compreende-se por que os contínuos, assessores e parlamentares não os percebessem ali sentados: eles também estavam mal-acostumados com a ideia geral, não só entre as elites, mas também entre esses pobres e remediados: sabiam que a eles não cabia outra coisa que não fosse esperar.

A atmosfera exalada de angústia descrita pelo narrador – e é possível mesmo senti-la – é a forma que ele encontrou para recriar uma situação que

não deveria causar mesmo nenhum constrangimento aos detentores dos pequenos e grandes poderes. Eram esses *“contínuos e oficiais de gabinete”* que *“passavam sem pousar o olhar sobre nenhum dos circunstantes”*, que atravessavam a sala de espera *“gordos e bem trajados e sorridentes”*, indiferentes ao público que aguardava para ser atendido. O público constituído de pobres e de *“remediados”*, certamente, desejava favores mais *“substanciais”*. Se a espera fosse longa ou se ficasse para o outro dia ou para a semana seguinte, não importava: caso conseguissem algum benefício, seria a solução dos problemas materiais por pelo menos alguns dias ou semanas, talvez meses.

A indiferença dos assistentes da burocracia estatal – contínuos e oficiais de gabinetes – é compreensível porque haviam conseguido as colocações depois de muita espera, de insistentes empenhos pessoais. Essa nova categoria de *“trabalhadores”*, porque não podem ser chamados de *“operários do Estado”*, era ciente de que só era possível conseguir algumas migalhas de qualquer instituição depois de muita humilhação e à custa do refreamento do talento e da eficiência, se existissem. No entanto, ao conseguirem subir um degrau na escala social, *“esqueciam”* que *“acontecimentos fortuitos”* poderiam jogá-los novamente para baixo, colocando-os em situações adversas e degradantes. Não podemos esquecer que a rotatividade dos cargos públicos era febril.<sup>10</sup>

Esses prestadores de serviços, vivendo lado a lado dos detentores do poder político, tinham que conhecer as regras e as atitudes que pudessem garantir o lugar social que ocupavam. Se a subalternidade existia verticalizada para os pobres e remediados, existia também em outra escala para aqueles que haviam sido selecionados para sofisticar a subserviência, fosse para conseguir, fosse para garantir a continuidade da ocupação do cargo:

[...] muitas daquelas eram pessoas de cultura, de educação; entretanto, para obter isso ou aquilo, se tinham que agachar, que adular um Bonifácio que, no fim de contas, não passava de um criado do Sr. Presidente. Depois disso, que sensação delas mesmas poderiam ter? Fossem servidas ou não, saíam degradadas.

O narrador de *“Numa e a Ninfa”* descreve essa estrutura condensada em ocasiões públicas e aparatosas, em que era possível revestir os empregadores de

um manto cujo objetivo era reforçar a situação superior e de poder que as elites necessitavam reatualizar constantemente. O outro lado da mesma moeda, os beneficiários por extensão desse poder, aqui considerados como os “remediados”, sentiam-se – pelos menos essa é a percepção do narrador – humilhados, mas precisavam dissimular tanto a situação de subalternidade quanto a percepção de que eram diariamente mortificados pelo medo e pelo humores daqueles “sagrados” que ocupavam momentaneamente um cargo superior. Ao final, para o nosso autor, era o Estado que havia se transformado no “*mais forte desmoralizador do caráter*”. E é interessante a associação que faz entre os vícios e o Estado, mas na concepção de que tanto este como aqueles corroíam o caráter: “mais que os vícios, o álcool, o jogo, a morfina, a cocaína, o tabaco”, era o Estado que tirava a “*dignidade, todo o nosso amor-próprio, todo o sentimento da realeza de nós mesmos*”.<sup>11</sup>

Assim constituíam os rituais, as atenções e as presenças. Os remediados sabiam que, para “subir” ou “*manter a posição conquistada*”, deveriam participar e se envolver com a vida privada e íntima dos chefes: ir “*às missas de sétimo dia dos parentes*”, enviar “*cartões nos dias de aniversário*”. Tinham que estar presentes, para fazer número e simular prestígio nos embarques e desembarques dos figurões.<sup>12</sup> Esse cerimonial e os salamaleques que o compõem eram necessários porque os chefes “*não admitiam independência, nem mesmo nos embarques*”. Se os “pequenos presentes” mantêm as amizades, na política, eles não eram suficientes: “*é preciso que os poderosos sintam que gravitamos em torno deles*”. Tudo que dissesse respeito à vida pública e privada do chefe – “*natalício dos filhos, o aniversário de casamento ou formatura*” –, nada poderia escapar às atenções dos subalternos: tudo se tornava parte do “movimento” e afetava diretamente suas vidas.<sup>13</sup> Essa é uma característica do poder exercido pelos dominantes sobre aqueles interessados em subir na vida: a subjugação psíquica exercida sobre os mais próximos marca as relações dos setores intermediários com os extratos considerados superiores, um *modus vivendi* que, a título de repetição, torna-se parte do estilo e da psique desses grupos.

A perda da autonomia é parte constitutiva da experiência dos setores intermediários. Vivem sempre às apalpadelas, evitando conflitos com os superiores do momento, no espaço privado ou público. As

ocupações de trabalho dos setores médios exigem deles certos trejeitos – sorrir sempre, nunca perder a compostura, ser amável, ser cortês –, sinais de superioridade cultuados por eles e não mais identificados com a repressão e a contenção da agressividade: são traços pessoais e de caráter postos à venda no mercado como uma mercadoria. Em muitas ocupações, a cortesia, a obsequiosidade e a amabilidade, antes traços do caráter individual, fazem agora parte dos elementos impessoais da profissão, tornaram-se meio e não mais uma disciplina que resultasse de experiência e amadurecimento: “*Bonifácio passou por nós e entrou no seu gabinete. Todos nós nos desfizemos em sorrisos e cumprimentos e, quase sem nos corresponder, como se fosse um imperador foi atravessando aquela chusma de súditos necessitados*”.<sup>14</sup>

O tema das instituições de representação do país faz parte desta novela: “*Numa e a Ninfa*”. O narrador conta a história de Numa Pompílio de Castro,<sup>15</sup> um obscuro bacharel da “*província dos Cogominhos*”. Se o nome traça o destino, Numa seria o mais “*auspicioso para o ofício de legislador*”, embora nem mesmo os contínuos lhe guardassem com facilidade nem o nome, nem os traços fisionômicos. Já se nota a insignificância do homem que será reconhecido deputado. Aqui termina o estamento – e nasce a classe. Casa-se com Edgarda, filha única de um político – um poderoso do momento – e, empossado como representante da província em que nasceu, “*não deu sinal de si durante o primeiro ano e meio de legislatura*”.<sup>16</sup> Caminhava para ser conhecido apenas como “*o genro do Cogominho*”. Até que, um dia, surpreendentemente, tomou a palavra e fez um “*discurso valioso*”: aqui temos que considerar o fato que podemos denominar “*travamento*” de classe: Numa não conseguia falar porque havia chegado onde não imaginava ser possível e não estava preparado para colocar-se naturalmente entre os pares, como um igual. Aí baixou o complexo de inferioridade, a instituição estava muito acima dele e seu projeto de vida não ia tão longe. As suas angústias e indecisões podem ser interpretadas a partir da questão do merecimento: recebera o que achava que merecia – questão subjetiva – mas sabia que não tinha ou duvidava da capacidade e do talento. Numa subira na vida – situação que julgava merecer - mas faltava-lhe a certeza de que tivesse capacidade e talento para chegar onde havia chegado: o sentimento “*merecimento*” veio antes da certeza de que tinha capacidade. O



narrador assim descreve a recepção da atitude do protagonista de falar pela primeira vez no plenário:

Parecia um milagre ver aquele sujeito tão mudo, tão esquivo, tão aparentemente sem ideias, lidar com as palavras, organizá-las convenientemente, exprimindo-se com bastante lógica. A sua argumentação foi até das mais perfeitas e eruditas, sem que a erudição perturbasse a concatenação, a seriação lógica da tese a demonstrar.<sup>17</sup>

Por exemplo, é digno de nota, particularmente no romance em questão, que os maridos e afins colocassem as mulheres – oficiais ou mesmo as amantes de luxo que eram mantidas materialmente por eles – para saber das ocorrências políticas ou mesmo para perscrutar as intenções, as razões íntimas e subjetivas das ações dos chefes políticos. A razão disso está no fato de que os dependentes e apoiadores granjeavam reconhecimento do superior, principalmente, se soubessem antecipar-se aos chefes: saber o que eles queriam ou como gostariam que os seus correligionários votassem, enfim, que conhecessem o temperamento dos “enfasiados”. Ao mesmo tempo, a subclasse política sentia orgulho e punha importância nas suas atuações, acreditando que influía sobre os atos daqueles que ocupavam o poder no momento.

O papel das mulheres nesse caso era conhecer, antecipar, intuir, jogar, observar para direcionar as ações dos maridos políticos. Cabia a elas, então, a política privada, construída com base em pequenos e insignificantes fatos ligados à vida pessoal e individual; daí a importância do conhecimento e das relações das famílias entre si, da manutenção das amizades, dos pequenos agrados e das visitas. O narrador dá às mulheres a política dos bastidores, mais que isso: dá a elas a política feita no interior das casas, onde decisões são tomadas ao redor das mesas de cafés da manhã, em almoços. À tarde, horário em que os homens já foram para o desempenho de suas funções públicas, as mulheres “cheias de seriedade” aproveitavam para sair e fazer as visitas convencionais de manutenção das amizades ou aquelas que eram apenas protocolares.<sup>18</sup>

O lugar da política para as mulheres é permeado pela teatralidade do cotidiano e da intimidade que tinham com lugares nos quais não era permitido aos homens entrarem sem as devidas formalidades e seriedades que estes interpunham entre si e os seus iguais. As mulheres rompem com essa pseudoformalidade, tornando-se capazes de descobrir, de saber, de antecipar fatos, de influenciar decisões, de aparentar poder, num intrincado jogo de trocas cotidianas de informações entre as amigas

que faziam parte do rol de relações pautadas pelo exercício cotidiano de subjetividades.<sup>19</sup>

Os homens de poder tinham o palco; as mulheres, os bastidores, que eles fingiam desconhecer. Esperava-se delas que fossem sempre apoiadoras dos maridos e afins, porque a discórdia não poderia contaminar as relações familiares, muito menos as que colocassem em dúvida a proeminência dos maridos, o que significaria minar a paz matrimonial em seu pilar mais relevante.

Iniciada a vida de casado, Numa admirou-se de ver Edgarda dedicar-se à leitura. Não podia entender que prazer pudesse ela ter *"nos livros, com os quais só lidou por obrigação"*. Numa, no entanto, percebeu que comprar *"revistas e volumes que a mulher lhe solicitava"* era também um meio de chamar a atenção sobre si de uma maneira que o lisonjeava, porque *"começaram a estimá-lo como estudioso e homem de bom gosto"*. Com a desenvoltura contida de quem tem medo de ser descoberto, ele vai aos poucos se tornando conhecido dos "caixeiros", que, é de supor, comentavam suas leituras e seus interesses literários com outros fregueses. Mas, para Edgarda, isso era muito pouco: ela desejava ver o marido nos jornais, porque só os jornais tinham o poder de confirmar a existência de alguém. Se Numa não aparecia neles, então Numa não existia.

A obscuridade de Numa, diga-se obscuridade porque não aparecia nos jornais, começou a incomodar a mulher. Sabia que ele não era inteligente, mas como tinha *"não sei que de organizado"*, de *"médio"* e ares de *"segurança de processo"*, essas qualidades medianas poderiam fazê-lo conhecido, particularmente na carreira política. *"Esperava-o na Câmara barulhento, discutindo e ele vivia calado; esperava-o atacado pelos jornais de oposição e eles não diziam nada; esperava-o conhecido de todos e ninguém o conhecia"*. Nem mesmo suas amigas davam pela existência do marido: *"Ainda há dias a Hortência não lhe tinha perguntado: 'Edgarda, teu marido é deputado'?"*

O discurso que Numa pronunciou na Câmara e que lhe deu a celebridade já narrada foi resultado dessas *"necessidades"* e desejos da mulher, de estar casada com alguém que tivesse expressão social: Numa foi incentivado por ela a rascunhar alguma coisa e ela fazia as correções. Feito o discurso, Numa estudou-o *"como se fosse um papel de teatro"*. Para coisas de *"teatro"* Numa tinha antecedentes.

Após a leitura do discurso, dos parabéns e dos “olhares admirativos, naquela rua que sagra as celebridades nacionais”, vieram-lhe à memória recordações dos tempos idos e das dificuldades passadas lá no interior, quando ainda vivia em companhia do pai. Recorda que o pai vivia sob a batuta dos “chefes políticos” e que estes sempre poderiam lhe “arrebatar o emprego”, mantido à custa de “adivinhar” as reviravoltas dos interesses políticos, das disputas entre as oligarquias locais dependente das “reconciliações e separações” que sempre ocorriam:

Subia um partido, descia outro; os Castriotos reconciliavam-se com os Cíceros; os Cíceros deixavam os Castriotos e iam para os Coimbras; e sempre seu pai tinha que adivinhar essas marchas e contra marchas, essas reconciliações e separações, para manter o seu emprego, sem poder abster-se, obrigado a tomar partido para sua própria segurança.<sup>20</sup>

A infância pobre parecia estar sendo compensada: agora *“habitava um palácio, no meio da abundância, ao lado de uma linda mulher bem educada, onde iria?”*. A resposta para o merecimento de tudo isso estava na “formatura”, porque, se ele não se tivesse feito doutor, nada teria lhe acontecido. Mas isso já havia sido previsto por Numa desde criança, porque ele, já naquele tempo, acreditava que *“a carta era a chave da riqueza, uma chave mágica a abrir todas as fechaduras da vida, suavemente, docemente, rapidamente, sem o mais tênue ruído. Uma gazua...”* Se tinha talento, se tinha saber, nada disso importava, porque era formado. Sentia orgulho de estar na cidade grande, da casa onde morava e, principalmente, porque *“o dia de amanhã estava garantido e que para viver não precisava esforçar-se”*.

Nesse momento Numa achava que tinha alcançado a certeza de um futuro garantido. Porém, essa situação só se mantinha à custa de bajulações e dissimulações, porque era preciso provar cotidianamente a lealdade ao superior. Mas mesmo aqueles que pareciam estar “em cima” não podiam relaxar nos salamaleques: a instabilidade política deixava todos em estado de suspensão – mesmo quando estavam em situação de poder e ao lado do homem do momento, os subalternos tinham que continuar mantendo a dissimulação. Era preciso pesar o “mínimo ato” praticado para não ferir as suscetibilidades do chefe ou deixar transparecer que “o apoio” era “simulado ou a contragosto”. Tinham, na verdade, que dissimular a dissimulação:

Disputavam-se, no agradecimento do estadista inesperado, os políticos de todos os matizes. Os que estavam em cima não queriam de forma alguma dar o mínimo sinal de que o seu apoio era simulado ou a contragosto; e os que estavam em baixo, apressado em ficar por cima, corriam parselhas com os adversários, dando sempre mais do que eles tinham dado.<sup>21</sup>

O papel da corriola, dos adeptos e admiradores do candidato era *“provar dedicação”*, porque para isso eram pagos, e o excesso de bajulação – *“pugilato de bajulações”* na expressão do escritor – fazia parte do pacote.<sup>22</sup> As lambidelas são parte do jogo político, mas era o preço que Numa deveria pagar pelo sentimento de que havia ascendido socialmente. Passar de uma classe para outra exigia grandes sacrifícios morais e anulação da personalidade, por isso, a personagem, a cada lance da escada que subia, lembrava o lugar de onde viera: *“quando terminou, recebendo abraços, ouvindo aqui e acolá comentários, a sua lembrança ia para a casa paterna, lá no seu estado longínquo”*.<sup>23</sup>

Essas recordações servem para validar os sacrifícios subjetivos em troca de situações concretas. Por exemplo, lembrar a casa paterna, *“baixa, caiada, meio de telha vã, meio forrada, com largo quintal, tendo aqui e ali uma árvore, um cajueiro e os urubus teimosos misturados com as aves domésticas”*. Após a subida, ele residia *“por aqueles lados de Botafogo”*. Embora o narrador olhe o casarão de botafogo e faça comentários sobre a arquitetura, comparando-o a um “paralelepípedo” sem movimento, personagem e narrador têm olhares diferentes. O importante é que o casarão era “vasto”, possuía *“seis janelas de frente”*, um amplo jardim *“com velhas fruteiras nodosas”*.

Enfim, admite o narrador, o casarão “tinha uma certa imponência” e, visto pelo “fundo para a escarpa verde-negra dos contrafortes do corcovado, o casarão ressaltava, saía, adquiria certa distinção solarenga entre as jovens e acanhadas edificações dos arredores”.<sup>24</sup> Em vez de estar na casa da infância “baixa”, “meio de telha vã, meio forrada”, onde galinhas e urubus conviviam no fundo do seu quintal, Numa agora habitava o casarão em Botafogo, antiga propriedade do “velho Gomes”, avô de Edgarda.<sup>25</sup> O antigo proprietário *“era português de origem humilde, traficava, enriquecera e se fizera, com os anos, uma potência comercial da cidade”*.

Numa não tivera ascensão só no sentido concreto de casa boa, roupas, a importância do cargo e mulher bonita, ele também fora inserido na tradição da cidade, que é a representação do casarão. Talvez fosse por isso que Numa “*em começo, custou a habituar-se à velha casa*”. Sentia-se dentro dela “deslocado”. Vindo de onde veio, julgava a casa grande demais; era “*como se tivesse vestido a roupa de um gigante*”. Seria esse o motivo da insegurança da personagem que não conseguia, na nova situação social e econômica, continuar agindo por sua própria conta? No novo ambiente, ele se despersonalizava, ficava amuado, sem vontade de se mostrar, temeroso de cometer erros, sentia que não dominava as razões políticas. Além disso, é preciso lembrar que Numa era mal formado, suas leituras foram escassas, o diploma não era garantia de erudição e amplitude intelectual.

Se juntarmos a nova condição de classe e a expectativa que se tinha de um deputado-bacharel, temos o desdobramento dessas situações externas na personalidade, no comportamento da personagem. Daí que a consideramos dividida e, ao mesmo tempo, precisamos de outros dispositivos para compreendê-la em sua nova condição social. Será também o caso de pensarmos que o novo status não havia entrado na sua conformação mental a ponto de ter ele continuado a agir como se fosse um estudante, incapaz de absorver e seguir uma nova rotina? Os cômodos da casa em que morava eram igualmente vistos por Numa como enormes, desproporcionais como as roupas de tamanho grande para um corpo pequeno. Vindo do interior, estava “*habitado às pequenas casas, órfãs de trastes e outros adereços*” que para ele não tinham muito significado, parecendo ser inclusive desnecessários tantos consolos, reposteiros e divãs. Ele olhava e media as coisas, os móveis, pela utilidade e conforto que pudessem dar; no entanto, “*achava os sofás estufados baixos demais e as cadeiras frágeis*” e sentia “*muito a falta de escarradeiras*”.<sup>26</sup>

É certo que, em determinados momentos, o narrador prenuncia a tomada de consciência da personagem sobre o papel que desempenha na narrativa, como se vislumbrasse a possibilidade de Numa tomar outras atitudes ante o poder e transcender os limites impostos pela conjuntura. Mas é um jogo de aproximação e afastamento: a personagem, sempre que inicia a reflexão sobre outras possibilidades de ação, se retrai, amedrontada.

Já mencionamos as dificuldades da personagem em se articular no interior das roupas, uma metonímia do seu despreparo para o voo que havia dado – “*como se tivesse vestido a roupa de um gigante*”. Além disso, há o estranhamento diante da composição do ambiente da casa. Somava-se a esses descompassos, atinentes à vida privada, o desconforto da vida pública, pois Numa havia ficado ano e meio sem fazer discurso na Câmara; o silêncio foi rompido por insistência da mulher, que não podia admitir marido obscuro e insignificante.

Esses dados sobre a personagem podem ajudar na compreensão dos grupos que ascendem na estrutura de classe e como eles reagem à troca de posição social. No caso particular aqui analisado, é o narrador que faz a síntese, porque a personagem não tem consciência e autonomia para falar por si mesma. Chegamos em muitos pontos possíveis de conhecimento da personagem, mas quem dá a última volta ao parafuso é o próprio narrador, que assim explica os estranhamentos da personagem:

Era de supor que Numa esperasse por tudo isso, mas não pedia tanto a sua ambição de posição e dinheiro. Nela, não havia necessidade interna de grandeza, de luxo, de comodidade, de magnificência; havia tão-somente preguiça, preguiça física, preguiça mental, vontade de ficar a coberto dos vaivéns da sorte, das “rebordosas”, do pavor nacional do dia de amanhã.<sup>27</sup>

Numa “não pedia tanto” e não esperava por tudo isso. A sua ambição se restringia a não ter preocupações com o futuro. O cargo de deputado exigia mais dele, que trabalhasse e estudasse as leis e as normas, que lesse os projetos e os seus prós e contras, que tivesse argumentos, que tivesse opinião e fosse sabido na retórica. Mas ele não desejava nada disso, faltava-lhe a vocação para qualquer outro empreendimento que não fosse o de se colocar “*a coberto dos vaivéns da sorte*”.

Alguns elementos podem nos ajudar a conhecer a personagem Numa para tirarmos algumas conclusões sobre a história de sua ascensão social e, com base nelas, chegarmos a um ponto. Primeiro, a situação social e econômica da personagem na estruturação de classes é aqui considerada como exemplar dos setores remediados; não era negro, nunca

havia desempenhado algum tipo de trabalho braçal, não havia nele interesse em se tornar um profissional liberal independente: seus anseios de ascensão seriam atendidos se utilizasse expedientes.

Como o próprio narrador afirma, toda a sua vida teve como escopo subir, mas subir pelas encostas da burocracia e do Estado. Filho de escriturário, Numa se “põe sobre si” desde os dezessete anos. Ao fim dos estudos, estava solteiro, com uma carreira promissora, já havia alcançado a posição de juiz e de delegado de polícia na província em que nascera. Quando se casa com uma moça da capital, muda-se para o Rio de Janeiro para exercer o cargo de deputado da província na Câmara. Aqui se iniciam os problemas de Numa: todas as ações da personagem, até chegar à representação da província natal, haviam sido encetadas por ele mesmo.

A insegurança e a desarticulação aparecem quando chega ao poder que, embora desejasse na imaginação e tivesse cumprido todas as etapas e se aproveitado de todos os expedientes, ainda não estava consolidado na sua consciência; ou seja, a imaginação ainda não havia se graduado em consciência: não foi um plano traçado e amadurecido. Numa não tinha isso claro, planejado, ele foi pego de surpresa. Talvez tenha sido nessa transição abrupta que perdeu as certezas que julgava ter lá no interior.

O caminho palmilhado racionalmente deixou de ser traçado por ele e, na capital federal, era outro homem, que não sabia como agir por si mesmo; perdeu o prumo da própria vida, ficou desconcertado, tímido e inseguro. Até chegar ao centro do poder, tudo o que fizera fora para benéfico próprio, regido pelo “*pavor nacional pelo dia de amanhã*”; na capital, como deputado, estava trabalhando para o benefício de outras pessoas. Ter saído da periferia para o centro imobilizou-o.

Mas, para fechar a análise dessa personagem, gostaríamos de apontar ainda algumas relações que podem ser tecidas entre os grupos remediados e a história do país na transição do século XIX para o XX. Alguns estudos sobre a obra de Lima Barreto “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*” já realçaram o fato de o narrador manter-se indiferente ao destino de suas personagens, como se elas entrassem e saíssem de cena e pairassem no ar. O que os estudiosos chamam de “narrador invisível” –

quando se comporta como mero espectador, “*sem modificar os destinos alheios*” – significa que o narrador não usa o poder onisciente para ajudar ou melhorar o destino das personagens.

Neste estudo, pensamos que, ao contrário dos estudiosos, insistentes na ideia de invisibilidade do narrador, tal recurso parte de uma forma de narrar, em grande parte inconsciente ao próprio escritor: o destino trágico e a fragmentação das personagens mimetizam as condições reais da existência do remediados que são os grupos que nos interessam analisar. As personagens e o próprio narrador reproduzem, na narrativa, a condição marginal que ocupam na estrutura social.

O alheamento do narrador com relação às personagens é perceptível, mas elas também se mantêm distantes do narrador, não falam com ele. Ao final, a narrativa, em sua forma e estilo, faz a figuração do conteúdo histórico real, transpondo para a criação literária o enredo que era possível naquele momento e transpõe para as personagens a impotência dos grupos sociais representados, mas que também vivia o autor/narrador.

Nada do que foi dito implica fazer relação biografia e obra. No nosso ponto de vista, à estruturação das personagens, faltam ainda os indícios de que elas pudessem alcançar outro destino: a consciência que é possível ao narrador, num jogo de espelhamento, só consegue colocar as criações em situações de impotência e como joguetes do destino ou da sorte. Isso porque as personagens não podem ser construídas e explicadas no contexto da “carne” e do “sangue”, nem pela psicologia atávica ou antropológica,<sup>28</sup> pois Lima Barreto era uma voz discordante, recusava-se a julgá-las a partir desses paradigmas. Além disso, o social está estruturado sobre esses pilares.

Assim, entendemos o jogo narrativo como possuindo duas vertentes que se imbricam: o narrador cria as personagens dentro de um manancial teórico cujo objetivo é elucidar para si e seus leitores as várias facetas do momento presente que o escritor se propõe representar. Mas não consegue terminar o processo da representação total porque, se fosse possível a consciência total daquele momento social, as personagens



romperiam com os paradigmas do tempo representado e tomariam as rédeas do social em suas próprias mãos. Considerando o período em estudo como de transição, em que as estruturas sociais estão se definindo em patamares diferenciados, muitos elementos daquela realidade não estão claros para os contemporâneos. Em meio a tantas vozes dissonantes, a narrativa toma essa conformação do alheamento e da incomunicabilidade.<sup>29</sup>

Se tomarmos como ponto de referência a existência de uma “*lenda fundadora do Brasil*” reforçada pela historiografia a partir do mito da família real e, a partir dele, fizermos uma leitura da ficção de Lima Barreto, então, é possível ver outra narrativa histórica: essa sem romantismo nenhum, em que todos os filhos da nação estão abandonados e entregues à própria sorte:<sup>30</sup> escrevemos “todos” porque também as personagens que têm condição social e econômica privilegiadas aparecem também como órfãos.

### **Uma família de remediados no subúrbio do Rio de Janeiro**

Mas aqui queremos analisar os remediados, pensando-os como aqueles que, embora pobres e sem passado familiar, negam a história recente desejosos de serem inseridos na ordem política e social a qualquer custo: isso porque os remediados entram na história como desclassificados, sem estatuto jurídico dos negros e dos proprietários no regime anterior. O fim do trabalho compulsório e a mudança de regime abrem as comportas para anseios longamente reprimidos, particularmente para os setores intermediários. Mas vejamos como nossa análise pode elucidar, a partir desse viés, alguns aspectos da obra ficcional de Lima Barreto.

Nas narrativas faltam a algumas personagens a mãe e a outras faltam o pai, mas o interessante é a existência de pais omissos, que abandonam os filhos ou os educam despreparados para o exercício da liberdade. Daí que, seguindo as pistas de estudos mais recentes sobre o assunto “narrativa histórica” e “responsabilidade familiar”,<sup>31</sup> talvez tenhamos uma chave para abrir novas possibilidades de leitura das obras do escritor.

Na obra “Clara dos Anjos” temos duas personagens com as quais faremos uma tentativa de interpretação a partir da família, das relações entre a história e ficção e construção de identidades entre os remediados e suburbanos no espaço da cidade: é nela que os remediados terão a oportunidade de inventar uma identidade familiar, de grupo.

Dona Salustiana, mãe de Cassi Jones, inventa uma família e um passado para incutir nos filhos que eles eram, embora morando no subúrbio, diferentes daquela gente mestiçada e pobre que os rodeavam. Em vez de dar a eles um passado próximo do pai fundador – Portugal –, ela inventa uma origem inglesa. Um lorde cujo feito era ter sido cônsul inglês no sul, um lugar distante onde não seria possível desconstruir sua invenção. Essa história era contada repetidamente, não só para os filhos como também para os vizinhos, que a tinham “em grande conta”. A personagem da república só tinha agora um irmão médico do exército. Mas o interessante é que Cassi Jones assume esse nome apenas por ser bonito e soar bem aos ouvidos.<sup>32</sup> No entanto, o que ele absorve das fantasias da mãe são as pretensões de fidalguia e soberba.

Quem era esse Cassi? Quem era Cassi? Cassi Jones de Azevedo era filho legítimo de Manuel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. O Jones é que ninguém sabia onde ele o fora buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicavam alguns, por achar bonito o apelido inglês. O certo, porém, não era isso. A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lorde Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome de seu problemático e fidalgo avô.<sup>33</sup>

Se no romance oitocentista de Machado de Assis o conflito central da narrativa se resolve nos “rearranjos na esfera doméstica”, em Lima Barreto a família está exposta, diluída no mundo público, pois suas feridas aparecem nos jornais: é por meio da imprensa que o pai de Cassi toma conhecimento das ações do namorador irresponsável, deflorador de moças pobres, fossem mulatas ou brancas, casadas ou solteiras. Os conflitos sociais em Lima Barreto não se resolvem, eles são postergados e espera-se

que as instituições – polícia, justiça, família – resolvam os problemas criados pelos indivíduos.

Em Cassi Jones não existe a ideia de amor filial. Cassi odeia e despreza o pai, mas tem medo de ser expulso da família que lhe proporciona o básico: casa e comida. Mas era no interior da família – que deixou de ser o “refúgio dos civilizados” – que Cassi Jones se escondia das peripécias sexuais que cometia no espaço público. Apesar disso, ainda está presente, embora com tinta fraca, sem muita convicção, o mito da pureza do homem comum: pai impotente para conter a sanha desagregadora dos filhos e a mudança súbita de seus valores morais, o reforço à volta da tradição da família em moldes saudosistas.

A família deixou de ter dificuldades que ela mesma pudesse resolver interiormente nos moldes do paternalismo, pois, em Lima Barreto, existem problemas familiares que são insolúveis: pobreza, falta de comunicação, desagregação, imoralidade. Na família barretiana não há consolo nem sublimação: não existe ordem estabelecida para se adequar e, então, encontrar o sossego da conformidade social. Cassi é um vilão muito próximo do que foi definido no século XIX por Machado de Assis: o vilão é aquele que não respeita a instituição familiar, portanto, Cassi não respeitava a família dele e nem a dos outros, duplo vilão. Nesse vilão suburbano encontramos verdades sobre o dinheiro – que ele queria só para si e sem trabalhar regularmente. Não tinha senso de religiosidade – em nada acreditava –, não possuía sentimentos filiais, nem clareza do lugar social ao qual pertence, pois veste roupas finas, mas o seu jeito desengonçado denuncia a falta de requinte e a condição de remediado. Ele nada sabe de política, pois o seu negócio eram sexo e brigas de galos, mas sabe tramar e se utilizar das relações pessoais e dos preconceitos sociais que terminam por protegê-lo das instituições de repressão.

Todas essas proezas eram quase sempre seguidas de escândalo, nos jornais, nas delegacias, nas pretorias; mas ele, pela boca dos seus advogados, injuriando as suas vítimas, empregando os mais ignóbeis meios da prova de sua inocência, no ato incriminado, conseguia livrar-se do casamento forçado ou de alguns anos de na correção.<sup>34</sup>

A vilania não é só de Cassi, que põe e dispõe do preconceito social,<sup>35</sup> mas da sociedade em seu todo, a qual ele conhece bem: a sociedade é simples, o preconceito é um ponto de vista. Nesse sentido, a personagem coloca em cheque a armadura social da Primeira República ao entrar com os dois pés dentro das famílias e conspurcá-las com a obsessão sexual que nada mais é do que o desejo de possuir: depois de conseguir a virgindade das mulheres ou de destruir um lar considerado feliz, ele sai de cena como se nada tivesse acontecido, deixando um rastro de destruição que deveria ser curado pelas instituições responsáveis pela sociedade. Ele não guarda nenhum respeito às instituições, pois faz uso das relações pessoais acobertado pelos conhecimentos da mãe e do pai.

O paternalismo e a instituição do favor – o tom da sociedade do Segundo Império – manifestam-se de outras maneiras no espaço da cidade. Se em Machado de Assis o favor se manifesta na dissimulação permanente e na hipocrisia, portanto não era evidente, em Lima Barreto ela se explicita em todos os espaços. Zezé Mateus, personagem de “Clara dos Anjos”, era um homem digno, embora pertencesse à roda de amigos de Cassi Jones. Sua dignidade provinha do fato de não *“mexer com moça alguma, com família de ninguém, não joga, não faz desordem. Quer beber e bebe a sua custa, porque, quando quer trabalhar, abandona a tudo e salda as suas dívidas”*,<sup>36</sup> trabalhava ocasionalmente, mas o narrador dá ênfase à imagem de que ele não mexia com a família de ninguém. Também Joaquim dos Anjos era um homem moralmente correto, assim como Marramaque e até mesmo o pai de Cassi Jones, que, embora consentisse e dissimulasse os atos do filho, não é tido pelo narrador como um homem desrespeitoso das famílias suburbanas.

Sendo Cassi uma personagem descrita como feia, fazia-se necessário que ele se esmerasse na vestimenta para ser notado. Lembremo-nos de que, logo no início, o narrador o qualifica de “insignificante”, tanto de corpo como de rosto, “branco” e “sardento”. O que atraía os olhares para a figura de Cassi Jones eram as roupas, não porque elas fossem talhadas à moda da rua do Ouvidor, usadas pelas classes aristocráticas e exibidas na famosa rua e Cassi as usasse para andar pelo subúrbio. O que chamava a atenção nele era o desacordo que havia entre as roupas e o conteúdo da

personagem: as roupas eram sérias, mas a personagem traía a sobriedade com um jeito desenvolvido no andar, desprendido e liberado.

Se a roupa dava a impressão de homem sério – moldura para o comportamento e o caráter –, Cassi desmontava essa leitura porque as vestimentas, por si mesmas, não permitiam saber o seu caráter. Era um desconjuntado. O narrador ainda denuncia que *“a única pelinragem, adequada ao seu mister, [...] consistia em trazer o cabelo ensopado de óleo e repartido no alto da cabeça, dividido muito exatamente ao meio – a famosa pastinha”*.<sup>37</sup> Cassi era um homem, então, considerado elegante nos subúrbios, *“não usava topete, nem bigode”*, costume que era novidade aos olhos dos suburbanos.

Para completar o quadro da caracterização externa, falta o calçado, que era *“conforme a moda, mas com os aperfeiçoamentos exigidos por um elegante dos subúrbios, que encanta e seduz as damas com o seu irresistível violão”*.<sup>38</sup> Um sapato e um violão faziam de Cassi um sujeito elegante e irresistível. O mistério de Cassi, a sua sorte no amor não está nele, mas no ambiente social que lhe propiciava exercer a sedução porque, pelo visto, ele destoava, na sua configuração externa, da maioria dos homens do lugar, o que deveria chamar muito a atenção das jovens donzelas do subúrbio e causar estranhamento e até inveja entre os homens casados e solteiros.

Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo, o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas.<sup>39</sup>

Como afirma o narrador, *“o certo, porém, não era isso”*. Ou seja, a figura de Cassi é sim sedutora e ele exerce um fascínio sobre homens e mulheres daquelas paragens, mas o narrador se interpõe entre os observadores e descreve uma outra imagem. Daí, sempre que se vai referir à personagem, o narrador primeiro nos conta como ela era vista pelos moradores daqueles arredores mais pobres para, logo em seguida, afirmar e denunciar o engano e delatar as imoralidades do rapaz. De forma que o narrador interfere todo o tempo<sup>40</sup> e não permite a Cassi Jones exercer o fascínio sobre mulheres e homens, aparecer na perspectiva deles e ser

julgado por eles e pelo leitor. Ou melhor, o narrador não dá a Cassi o poder para exercer o descompromisso com a moralidade sexual e social.

Mas, por outro lado, o narrador indica outras formas de abordagem das mulheres no espaço suburbano quando afirma que:

[...] se na sedução, propriamente, ele não empregava absolutamente força, no que era contrário dos conquistadores suburbanos, a ponto dos jornais noticiarem, de quando em quando, o desespero das vítimas que se fazem assassinas, para se defenderem de tão torpes sujeitos.<sup>41</sup>

Está aí uma característica relevante, ao mesmo tempo em que ficamos sabendo que o estupro de mulheres era comum nas paragens suburbanas. Portanto, Cassi podia ser um sedutor de “quinta ordem”, mas não era esturador. Como sua teoria sobre o amor podia ser condensada numa única sentença – “*não se pode contrariar dois corações apaixonados*” –, ele não se considerava “criminoso, por ter até ali seduzido cerca de dez donzelas e muito maior número de senhoras casadas”. Também não se sentia culpado pelas consequências dos seus atos: “*os suicídios, os assassínios, o povoamento de bordéis de todo gênero, que os seus torpes atos provocaram, no seu parecer eram acontecimentos estranhos à sua ação e se haviam de dar de qualquer forma. Disso, ele não tinha culpa*”.<sup>42</sup>

Aqui talvezoubessem várias perguntas: qual o perigo de Cassi para a orientação moral e sexual das classes suburbanas? Seria uma personagem tipificada, para mostrar os valores das elites do centro contaminando os grupos suburbanos? Estaria o narrador usando a personagem para fazer do subúrbio um tipo de espelhamento das relações sociais da cidade, transpostas para os subúrbios como uma inversão para representar a volubilidade caricaturada na personagem? Teria o narrador a intenção de produzir uma obra que denunciasses os perigos que expunham as moças pobres e desprotegidas à vilania dos conquistadores?

Uma resposta possível é a mania do smartismo: “*o portador desta pacífica mania não se preocupa coisa alguma, senão de bem vestir-se, de aparecer elegantemente vestido. Geralmente são criaturas completamente estéreis para qualquer outro fim, a não ser o de prosperarem as modas e enriquecerem os alfaiates*”.<sup>43</sup> Dessa observação, a única coisa

que não parece verossímil é o poder de “enriquecer alfaiates”. Não pensamos que a personagem Cassi tivesse posses suficientes para isso.

Portanto, temos aqui um rol de valores que deveriam orientar a ação dos homens de bem, pelo menos nos subúrbios: não assediar as moças e nem mexer com família de ninguém, não jogar e não perturbar a ordem pública. No entanto, a personagem que só queria beber não pode ser exemplo de homem morigerado, mesmo ressaltando que bebia à sua custa. Ele está à margem das regras de conduta que primam pelo trabalho cotidiano: “quando quer trabalhar”, ela largava o copo e saldava as dívidas. Essa não é conduta de homem trabalhador. Essa é ainda a moral do anti-trabalho, essa irregularidade da mão-de-obra não constitui a forma capitalista do trabalho, não é possível pensar uma formação social capitalista em que os indivíduos decidam quando e onde trabalhar, que essa atividade seja desempenhada quando os indivíduos resolvam por vontade própria ou por necessidade estritamente material.

A situação de Zé Mateus está no meio termo, se sua dignidade está na liberdade de beber à sua custa, quando se vê na iminência de descumprir essa regra, ele pára com o lazer e volta ao trabalho para realimentar a sua condição de homem que não deve nada a ninguém. Nessa atitude está a dignidade do homem comum, reconhecida pelos companheiros e observada pelo narrador. Essa personagem usa o trabalho para sua conveniência, mas esta atitude já está movida pelo valor moral: se bebesse, não trabalhasse e nem saldasse as dívidas contraídas não seria respeitado pelos populares à sua volta. Não podemos esquecer que os comerciantes das pequenas vendas não continuariam a dar crédito caso não houvesse pagamento.

Essa personagem está no meio caminho entre a preguiça, o vício e o trabalho ocasional, mas o constrangimento para o trabalho não vem do chicote, pois é livre para dispor do seu tempo. Nota-se nela, no entanto, a falta do instinto para a acumulação e mesmo os pilares edificantes da personagem não são suficientes para fazer dela um trabalhador. O código de honra e moralidade traçado pelos populares – trabalhar para saldar dívidas e beber à sua própria custa – nos faz pensar numa inversão de valores que o narrador propõe.

Quando pensamos no ideal moderno de trabalhador, essas personagens criadas por Lima Barreto mais fazem crescer a distância entre a idealização e a realidade cotidiana que se efetivava no subúrbio. Gente completamente alheia à questão da atualização modernizadora, vivendo à margem dos conceitos abstratos de liberalismo, capitalismo e acumulação. Além disso, como vivem na informalidade, pois não há trabalho contínuo para todos, o que o narrador vê também pode significar uma condição de dependência, ou seja, enquanto o trabalho não aparece, a personagem entrega-se à vadiagem, que no caso é encontrar com os companheiros que estão na mesma condição e com eles beber. Como o narrador não faz referência a profissão, deduz-se que a personagem vive de pequenos serviços e mal remunerados, impedindo a consciência da possibilidade de acumulação: o limite da consciência está diretamente ligada à sobrevivência.

Não seria absurda a ideia de o autor/narrador trazer para o campo ficcional a inversão da ordem burguesa. Essa ideia provém do fato já conhecido, que a análise de textos não prescinde de elementos exteriores a ele, como as estruturas materiais, ideologias, instituições ou grupos. Podemos acrescentar também que as ideias não circulam espontaneamente de uma mente para outra, de um texto para outro: há interlocução entre sujeitos que dialogam com a tradição, pensam o já pensado, falam sobre o já dito – inovando, colocando em outros moldes e situações ideias e discursos.

Dito isso, pensamos que aqui são plausíveis duas situações intrinsecamente ligadas. A primeira diz respeito ao processo de modernização social que acontecia no centro da cidade e que nem de longe chegava às periferias: enquanto se processavam discursos e ações modernizantes entre as elites que se debatiam entre si acreditando na universalidade de seus desígnios, Lima Barreto cria personagens “desclassificadas”, vivendo fora do sistema produtivo regular, de costas para o que ocorria no centro. Assim, a sua obra tem a força de choque para os ideólogos do progresso em moldes europeus e alheios à realidade social do país. Se o bovarismo é “*a renúncia à experiência social própria e a*



*subordinação à hegemonia intelectual dos países avançados*”,<sup>44</sup> quando Lima Barreto sintetiza o social nessas personagens, cremos que sua intenção, consciente ou não, é desbancar o ideário moderno e chamar a atenção para a real situação social e as mentalidades que informam as ações dessa parte grande da população, sem representação, nem literária, nem incorporada na leitura que se fazia do país como um todo.

A segunda possibilidade é a inversão da estrutura social: vamos por passos e explicando-os. A modernização da estrutura da nação, a melhoria das condições de vida, a elevação do nível cultural, a efetiva participação política da população foram um projeto abortado. O fim do trabalho servil deu lugar a outras formas de dependência, exploração compulsória do trabalho: a população do campo vivia esquecida pelos poderes públicos e a das grandes cidades, como a do Rio de Janeiro, sobrevivia no “inferno social”.<sup>45</sup> Além disso, temos o estigma, baseado na raça, lançado sobre o trabalhador nacional, considerado preguiçoso, improdutivo, sem inteligência, em contraposição ao imigrante, sinônimo de energia para o trabalho e racionalidade.

Aqui ainda é necessário registrar uma notação de continuidade: se o homem livre foi o desclassificados enquanto predominou o trabalho escravo, após o término desse período, continuou a ser definido como *“inútil e inadaptado; indivíduos de ocupação mais ou menos incerta e aleatória ou sem ocupação alguma”*.<sup>46</sup>

A par dessas informações, queremos acrescentar a nossa interpretação da forma como Lima Barreto inverte a ordem estabelecida, não somente com essa personagem, mas com muitas outras criaturas da sua ficção. Queremos aventar a ideia de que Zé Mateus vive a sua custa e não a custa do trabalho dos outros, como era o caso das elites proprietárias – agroexportadoras ou industriais –, e se era um vadio, um homem desregrado, seu pecado era menor porque, naquilo que lhe cabia, dentro do seu pequeno mundo de ação, ele não parasitava ninguém e ainda era honesto porque, mesmo sendo pobre, honrava seus compromissos.

Degenerados e parasitas são aqueles que vivem do trabalho alheio; a personagem em questão não é parasita e, no aspecto do trabalho, não é um degenerado. É essa a inversão a que aludimos acima, enquanto todas as teorias iam contra o trabalhador nacional, Lima Barreto pode ter pensado o reverso da teoria: degenerados e parasitas eram aqueles que espoliavam o trabalho alheio, assim como os produtores das teorias a favor do trabalhador europeu.

A digressão foi longa, mas voltamos ao degenerado sexual. Enquanto isso, Cassi Jones continua a carregar o peso das necessidades biológicas: *"não bebia, não gostava. Não era esse o seu prazer"*.<sup>47</sup> O seu prazer também não era o trabalho regular, mas o jogo, as brigas de galos. As mulheres que arranjava também fazem parte desse jogo de ganhar e perder. Elas alimentam seus caprichos e a sua noção de amor era a "posse": depois dela consumada *"bem cedo, se enfarava, desprezava a vítima, com a qual não sentia ter mais nenhuma ligação especial; e procurava outra"*.<sup>48</sup>

Os defloramentos de jovens e a sedução de mulheres casadas – as vítimas preferenciais – só eram "crimes" porque a sociedade do período os tinha como tais e, mesmo assim, Cassi nunca era punido porque contava com advogados para defendê-lo. O que o salvava *"do casamento forçado ou de alguns anos de correção"*<sup>49</sup> eram as injúrias que fazia às suas "vítimas". Ou seja, ao insultar as mulheres que o denunciavam, que o levavam às delegacias e pretorias, ele contava com um código de honra que o protegia, senão seus insultos não surtiriam os efeitos desejados por ele: livrar-se do casamento e da prisão.

Era da estrutura social e mental acatar a palavra do homem, e, ao final, a culpa era das mulheres, porque não escapavam nem as puras – como será o caso de Clara – nem aquelas cujos comportamentos pudessem ser denominados licenciosos. A transgressão dos valores morais e sexuais estava no ar. Cassi não poderia ter tanto poder se não houvesse o incentivo externo – uma atmosfera –, não por conta das mulheres como indivíduos, mas delas como um grupo, uma extração social que se emancipa e ganha o espaço público. Para as mulheres, a conquista desse espaço, no sentido da rua, passa a significar também a liberdade de se

expor aos perigos morais e a julgamento externos à vida familiar. Somente elas não estavam protegidas pelas instituições – delegados, juizes – que guardavam uma “benevolência secreta” pelos atos do rapaz namorado: os representantes institucionais “ *julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução*”.<sup>50</sup>

A injúria que mais pesava para livrá-lo do casamento ou da prisão era asseverar “que a tal fulana – qualquer das vítimas – já estava perdida”. A condição de já “estar perdida”, colocava sobre a mulher, a priori, a suspeita socializada de usar métodos escusos “para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família, etc., etc”.<sup>51</sup> Pelo que nos conta o narrador, as que Cassi escolhia para “desonrar” eram as moças de “*humilde condição e de todas as cores*”. O único critério de seleção que o desonrador de moças usava era que “*não houvesse ninguém, na parentela delas, capaz de vencer a influência do pai, mediante solicitações da mãe*”.<sup>52</sup>

Vejamos como as relações de influências descem do topo da pirâmide para o subúrbio: o pai de Cassi não era lá grande coisa, porque não passava de um burocrata “cumpridor de seus deveres” e “estreito de ideias”. Tinha profundos “*sentimentos morais que lhe guiavam a conduta no seu comércio com os filhos*”,<sup>53</sup> mas a sua moralidade tinha limites dados pela sociedade em que estava inserido, só isso pode explicar a submissão de homem moralmente tão severo aos desmandos do filho e a convivência, mesmo que implícita, com a mãe que sempre o “convencia”, utilizando argumentos sustentados pelos preceitos sociais considerados certos, normais: “*os profundos sentimentos morais*” do pai não eram assim tão profundos e nem suficientes. Por que então se submetia aos pedidos da mãe para que protegesse o filho das instituições? E por que concordava em usar de sua pouca influência para amparar o filho nas suas transgressões?

Finalmente, a proteção de Cassi estava nas mãos do pai, porque era ele, em última instância, que deveria dar guarida aos desmandos do filho. Situação, no caso aqui analisado, contrária à concepção liberal do Estado: o paternalismo da sociedade nacional não permitia que o filho-povo se emancipasse e fosse tratado como deveria ser o indivíduo livre na

sociedade liberal burguesa. Se pensarmos na mãe como a representante da nação, podemos compreender a dissonância existente entre o Estado liberal burguês, o paternalismo e as formas de constituição da nação. A benevolência do pai, mesmo que sob o comando da mãe, pode ser comparada à benevolência do governo para com o povo, que é o princípio do paternalismo. Isso no nível individual. Se transpusermos essa situação para o todo da sociedade, que é o lócus de ação de Cassi, temos o paternalismo presente no Estado – representado pelo pai –, mas transformado em despotismo para aquelas que eram as suas vítimas: é possível, num governo paternalista, todos receberem a mesma quantia de benignidade?

As mulheres, vítimas de Cassi, eram antes vítimas do Estado que não as protegia dos desmandos de um indivíduo inapto para o convívio social.<sup>54</sup> O pai representa o Estado e o governo ao mesmo tempo, porque se espera, na narrativa, que o pai julgue o filho e tome a iniciativa da punição para proteger as moças boas do subúrbio. Dito de outra forma: na narrativa do romance “Clara dos Anjos”, podemos perceber a preocupação do narrador com a liberdade moral dos indivíduos e como as regras podiam ser facilmente transgredidas, principalmente porque os critérios da cor e da condição social negavam a abstrata afirmação de que todos fossem iguais perante a lei.

Há, portanto, na relação entre a mãe, o pai e o filho, um tripé que poderia ser compreendido com base no jogo contrário entre liberalismo e paternalismo, entre discurso liberal e prática moral. O Estado, representado pelo pai, falhava naquilo que era sua maior obrigação: proteger os indivíduos das ofensas que a eles pudessem dirigir os outros indivíduos.<sup>55</sup> É possível supor, pautando-se pelas pistas que o narrador deixa para nós, que houvesse um esforço conjunto de pai e mãe para criar uma aparência de harmonia entre eles. Do mesmo modo, se fizermos uma relação entre a forma da narrativa e as instituições sociais concretas – aqui, no caso, o Estado e a Família –, podemos, por indução, pensar sobre a negação das incompatibilidades existentes no interior das instituições. Os antagonismos ficavam impedidos de se manifestarem, ou seja, os

antagonismos aparecem na narrativa, mas sem uma forma específica, podendo ser percebidos nas mais diferentes situações.

O limite da representação está nas formas difusas assumidas pelo antagonismo que permanecia latente. A aparência de harmonia varria para debaixo dos tapetes e dos tetos familiares os antagonismos: era o liberalismo discursivo que não se concretizava nas práticas, nem dos indivíduos, nem das instituições. Esforçava-se para criar a imagem de uma sociedade harmônica quando o que se tinha eram incompatibilidades cerceadas pelas aparências de uma formação consensual cujo pilar continuava sendo a imagem organicista da sociedade. Se o liberalismo definia os antagonismos como o motor propulsor do progresso, a falta dele era o atraso: o progresso social e individual ficava estacionado e imobilizado.

Pensamos que o liberalismo moral e ético pode ser uma chave possível para abrir as portas da compreensão da representação da maior parte das personagens criadas por Lima Barreto. As personagens tuteladas pela autoridade – fosse essa governamental ou familiar – não conseguem desenvolver a responsabilidade que o liberalismo exige para o exercício da plena cidadania. Nesses termos, a personagem Cassi Jones é a antítese do indivíduo que pudesse vir a ser alçado à cidadania plena, visto não possuir nenhuma responsabilidade coletiva. Ele havia entendido a liberdade como egoísmo e agia em detrimento dos outros.

A posição do pai pode significar o lugar que o homem comum passa a ter na sociedade urbana, com a perda do controle sobre os filhos e a casa, espaço deixado às mulheres, que serão as reprodutoras dos valores da tradição invertida. Nesse momento, é a mulher que está encarregada de determinar os valores familiares que deverão ser seguidos pelos filhos. É ela quem vai colocar no horizonte deles a necessidade de manter a posição social – ou se possível melhorá-la.

Salustiana oscilante entre a identificação com os setores dominantes e, ao mesmo tempo, previda pela necessidade de, ao mesmo tempo, afastar os filhos das influências indesejáveis de vizinhos de condição social e racial que considerava inferior. Vizinhos que, na sua visão não

manifestavam os mesmo anseios de ascensão: estes, embora brigassem entre si, sabiam, entretanto que precisavam contar com a solidariedade dos mais chegados espacialmente. Como a ascensão lhes parecia distante, tanto no nível da realidade como da imaginação, eles mantinham suas relações com os vizinhos, sem desprezá-los, pois queriam apenas sobreviver e, para isso, precisavam contar com todos.

O problema de Cassi, ou melhor, a solução dos problemas criados por ele era a mãe: ela não acreditava na inocência do filho, mas "*suas presunções fidalgas*" faziam-na recuar diante da ideia de ver o filho casado "*com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta*".<sup>56</sup> Esse preceito, por certo, encontrava anuência de grande parte da sociedade daquele tempo e independia de classe social: dentro da estrutura mental do tempo e pensando nas mães protetoras de seus varões, não era admissível um filho branco – por pior que fosse moralmente – se casar com uma moça cuja origem social estivesse abaixo dele; ao econômico somavam-se os matizes de cor da pele. Não era aceitável e não podia fazer parte de nenhum projeto ou sonho de mães zelosas, particularmente da prole masculina.

Ainda mais se pensarmos na figuração da personagem Salustiana, mãe do famoso Cassi Jones. Nela existe o sentimento de ascensão por meio dos filhos, pois, no momento em que transcorre a narrativa, ela já havia chegado no limite das possibilidades históricas reais. Por isso, vivia do passado, mas havia lutado junto ao marido para chegar até onde estava. A identidade inventada é para incentivar os rebentos: lembrava-lhes sempre que o pai fora escriturário do Arsenal de Guerra e "*com muito sacrifício e, graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dois únicos filhos*".<sup>57</sup>

Essa "mentira" era a forma glamourizada de recontar uma história que era a sua própria vivência, se dela eliminarmos o recebimento de uma pequena herança. Marido e Mulher haviam vivido algumas agruras até colocar os filhos na situação de dar continuidade aos sonhos do casal, particularmente da mãe. Morava no subúrbio, mas considerava-se muito superior à vizinhança, porque se acercava do fato de ter "*um irmão médico do*

*Exército, com posto de capitão e, também, por ter andado no Colégio das Irmãs de Caridade*". A identidade inventada por ela, sobre as origens da família, antes imaginada, tornou-se consciência. O filho adota-a sem nenhum filtro, pois nada era capaz de lhe antepor limites: vivia a representação na essência.

Lima Barreto é o escritor que procurará dar forma literária às personagens do mundo urbano, mundo este redimensionado após as mudanças do regime de trabalho e do regime político. Nesse momento, os pobres e livres que gravitavam na ordem antiga e binominal, libertam-se das amarras que os prendiam ao mundo rural. Na cidade é preciso inventar uma identidade. É o que Dona Salustina faz, porém é um arremedo, pois em vez dos aspectos exóticos do nacional, Cassi nega os valores paternos sem absorver as interdições das instituições liberais. Ao mesmo tempo, ao negar o pai e assumir uma identidade feminina, pois criada pela mãe, o rapaz se insere no mundo regulamentado e impessoal sem nenhuma noção de liberdade, nem a dos antigos e nem a dos modernos, pois alcançou a modernidade livre do passado. Para ele inexistente projeto de futuro.

## NOTAS

\* Rita de Cássia Guimarães Melo é doutora em História. Professora da Universidade do Tocantins. E-mail: ritaguimaraes@mail.uft.edu.br

1 FAORO, Raymundo. Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio. Rio de Janeiro: Globo, 1988, p. 478. Continuando ainda o raciocínio de Faoro, que no mesmo parágrafo escreve: "Todos são filhos de igual teatro, comprometidos na mesma existência, quer a suscitada pelo historiador, quer a evocada pelo romancista. Quem os veste, arrancando-os do anonimato e do caos, será o olho organizador, classificador, o olho do biógrafo ou do ficcionista. No fundo, a situação histórica e social lhes dá a densidade, retratando as idiossincrasias de grupo: o homem que vê não está isolado, mas imerso no grupo, pré-formado pela conduta e pelo pensamento dos outros".

2 *Ibid.*, p. 482.

3 *Ibid.*, p. 482

4 *Ibid.*, p. 483.

5 BOSI, Alfredo. O pré-modernismo: a literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, s.d.

6 No âmbito das discussões sobre a República que se queria construir no país, nem os republicanos e liberais mais ferrenhos prescindiram do Estado como única instituição capaz de organizar o poder: “Era muito clara para eles a importância do Estado. Eram contra o regime monárquico, não contra o Estado. O Estado era o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos. Carvalho, José Murilo. *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 28.

7 Lima Barreto, “Numa e a Ninfa”, p. 126. A dependência da ação do Estado para solucionar os problemas sociais é parte da crítica que Lima Barreto faz à maneira de os positivistas encararem a cidadania. A historiografia recente corrobora a percepção dos contemporâneos. A síntese sobre o assunto pode ser de José Murilo de Carvalho: “a noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. Admitia apenas os direitos civis e sociais. [...] Como vetava a ação política, tanto revolucionária quanto parlamentar, resultava em que os direitos sociais não poderiam ser conquistados pela pressão dos interessados, mas deveriam ser concedidos paternalisticamente pelos governantes. Na realidade, nesta concepção não existiam sequer os cidadãos ativos. Todos eram inativos, à espera da ação iluminada do Estado, guiado pelas luzes do grande mestre de Montpellier e de seus porta-vozes”. Carvalho, José Murilo *Os Bestializados*. São Paulo, Companhia das Letras 1990, p. 54.

8 Machado de Assis havia percebido tal situação no século XIX, mas, na entrada do século XX e sob o manto republicano, será Lima Barreto o escritor que denunciará as continuidades das práticas paternalistas e clientelistas na cidade moderna. A personagem de Machado de Assis, Quincas Borba, afirma em dado momento: “A esperança de outros favores, é certo, conserva sempre no beneficiado a lembrança do primeiro. [...] A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus feitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das cousas mais legitimamente agradáveis”. “*Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. In: *Obras completas*, V. 1. Rio de Janeiro: José Aguillar, 1962, p. 631.

9 O fato de não ter beneficiado a grande maioria da população não significa que esta tenha desistido e não tenha procurado outros recursos, mesmo porque “a sociedade escravocrata abria também poucos espaços ocupacionais, fazendo com que os deslocados acabassem por recorrer diretamente ao emprego público ou à intervenção do Estado para abrir perspectivas de carreira. Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com os baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de uma legislação social, migrantes urbanos em busca de emprego, todos acabavam olhando para o Estado como porto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava mais pela porta



do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão. Era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania". A formação das Almas, p. 29  
10 Sevcenko, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 205.

11 Barreto, Lima. "As Aventuras do Dr. Bogoloff", In: Numa e a Ninfa, São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1950, p. 267.

12 *Ibid.*, p. 90-91.

13 *Ibid.*, p. 90.

14 Barreto, Lima. "As Aventuras do Dr. Bogoloff", p. 267-268

15 "Ocorre ainda que o Numa Pompílio verdadeiro, o romano, recebia no bosque, os conselhos da Ninfa Egéria. Como por Ninfa Egéria passou a designar-se, em virtude dessa lenda, uma eficaz conselheira secreta, o nome adotado para o deputado favorece o traçado anedótico do conto. Quanto a Castro, trata-se, possivelmente, de uma referência a Tito Lívio de Castro, que, aliás, aparece mencionado no Gonzaga de Sá, como sinônimo de sumidade intelectual". Beiguelman, Paula. Porque Lima Barreto. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 46-47.

16 Levando em conta as memórias de Afonso Celso, não era raro deputados que, saindo de suas províncias e chegando à capital federal, fossem acometidos pelo mutismo. O autor das memórias conta que o "Dr. José da Silva Maia, distinto médico, popular no Maranhão, todo escanhoado, parecido com Thiers, menos os óculos, sempre de preto, nunca falou, nunca deu um aparte, com raros colegas discorria, a pouco mesmo cumprimentava. 'Um esquisitão'. Guardava imóvel seu lugar, na bancada mais alta, votando disciplinarmente com o seu partido". Afonso Celso. Oito Anos de Parlamento. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 93.

17 Barreto, Lima. "Numa e a Ninfa", p. 11-12.

18 No estudo de Martha Abreu sobre "meninas", a autora mostra como, nos processos-crime de sedução, a pergunta mais importante e capaz de pôr termo a um processo movido contra os homens que seduziam moças era – "Ela saía sozinha à Rua?". Havia um código que prescrevia o horário das mulheres: "nunca antes das duas ou depois das cinco horas". Conclui a autora que "a rua, ainda no início do século XX, era pouco visitada pela mulher higienizada [...]". Esses preceitos valiam tanto para as mulheres das classes populares como para as mulheres das elites. Abreu, Martha Esteves. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 43.

19 No estudo de Martha Abreu sobre o cotidiano dos populares no Rio de Janeiro, ela afirma que "a mulher da elite já possuía, na segunda metade do século XIX, uma outra função na família. Com mais instrução, passou a ser a 'companheira inteligente' do marido. Mas, como lembra Luiz Edmundo [...] 'ainda não saía sozinha à rua, lá isso é verdade, mas sai bastante, seja ao lado da mamãe, do irmão ou de um parente mais velho". *Ibid.*

20 Barreto, Lima. "Numa e a Ninfa", p. 24. O narrador das Aventuras afirma que "a principal função dos políticos é dar emprego, mas eles não gostam de ser atormentados com pedidos e detestam que os maltrapilhos os façam". "As aventuras do Dr. Bogoloff", p. 269.

21 Barreto, Lima. "Numa a Ninfa", p. 112.

22 *Ibid.* O pugilato de bajulações acontecia nas disputas entre candidatos de partidos diferentes e a tribuna era ocupada pelos beligerantes de partido, sendo que o povo comum estava ali para aplaudir um e ou outro, dependendo da efusividade do orador. Os entusiastas eram gente humilde, pagos exatamente para isso: "Se uns chamavam-no de inteligente, os outros diziam-no gênio; se Numa qualificava-o de grande estadista, Salustiano arengava em algum lugar e aclamava-o o primeiro estadista do mundo". Essa luta era, segundo do narrador, "uma luta para divertimento das arquibancadas" e o objetivo era "fortificar a convicção de Bentes". Ou seja, o candidato precisava desses exercícios de bajulações públicas para adquirir a convicção de que podia ser ou não candidato. Esse fato, de certa forma, permite-nos pensar que os "políticos" tinham ainda uns resquícios de medo do povo ou que eram eles, em última instância, que davam ou não o bilhete de entrada para deputados, senadores, governadores e presidentes.

23 *Ibid.*, p. 24.

24 É interessante o fato de o narrador registrar que, no período de que fala, o bairro não era mais considerado tão imponente: na primeira metade do século XX, ocorre uma transformação no perfil de seus moradores típicos; de bairro nobre, até então reduto privilegiado da aristocracia, Botafogo passa a receber uma população diferenciada de funcionários públicos, militares, operários, artesãos, comerciantes e bancários. É quando surgem os primeiros cortiços e as primeiras vilas, produzidas em grande número para atender a essa nova população. Teixeira, Luiz Guilherme Sodré. História breve do bairro de Botafogo. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

25 Barreto, Lima. "Numa e a Ninfa", p. 32. Botafogo era um bairro onde havia suntuosas mansões e foi um dos primeiros bairros a ser servido pela Companhia de Barcas Ferry, "a partir de 1871, torna-se um dos primeiros a ter serviço regular de bonds de tração animal. Com a implantação desses transportes coletivos, acentua-se a diversidade populacional do bairro. E o comércio, que antes se concentrava nas praias, vai aos poucos se interiorizando, acompanhando a linha do bonde e contribuindo assim para a completa urbanização do bairro". *Ibid.*

26 Barreto, Lima. "Numa e a Ninfa", p. 33.

27 *Ibid.*, p. 34.

28 Um dos estudiosos de Lima Barreto que insiste na ideia de um "narrador invisível" é Osman Lins. Este afirma, sobre o narrador em Isaías Caminha: "embora assumindo que a narrativa tem algo de um narrador invisível: mais contemplador que atuante, relaciona-se pouco e esporadicamente com as demais personagens, nunca chegando essas relações a perturbar ou modificar os destinos alheios. As figuras do romance surgem e desaparecem, morre a mãe de Isaías Caminha, morre o cronista Floc, enlouquece Lobo por causa da Gramática, fatos políticos ou individuais abalam a cidade, mas o narrador em nada interfere". Lins, Osman. Lima Barreto e o Espaço Romanesco. São Paulo: Ática, 1976, p. 28.

29 Segundo Osman Lins "Lima Barreto inaugura na ficção brasileira, sem dar-se conta disto, segundo tudo indica, o tema da incomunicabilidade, tão caro à arte

contemporânea, surgindo como um antecipador, um anunciador do nosso tempo e das nossas criações". *Ibid.*, p. 34.

30 Decca, Edgar de. "Tal Pai Qual Filho? Narrativas Histórico-literárias da Identidade Nacional". *Revista Projeto História*, n. 24, 2002. O artigo citado muito contribuiu com a análise que aqui fazemos da personagem criada por Lima Barreto, Cassi Jones, na obra "Clara dos Anjos".

31 *Ibid.*

32 A recusa do nome original e a adoção de um outro sem nenhum sentido para a personagem pode significar a construção de uma identidade particular aos remediados. Lima Barreto também se preocupava com as imagens que se produzia sobre a realidade nacional, considerando-as descoladas da história. Há aqui uma forma de crítica – mostrar o desenraizamento dos remediados – mas, ao mesmo tempo, tem lastro na história: a República ainda está presa aos ditames do capital internacional e Clara dos Anjos foi uma obra escrita em diferentes conjunturas, ora volta-se aos preceitos do capitalismo inglês, ora ressaltava-se o modelo social e político francês. Mas, ao final, é a indiferença do filho por tudo que representa o pai que importa ressaltar aqui. "A busca de identidade nacional é um produto do século XIX e está marcada por esse profundo romantismo que acabou por transformar a história brasileira numa lenda de cunho familiar, na qual um mandado utópico é transmitido de pai para filho, alcançando finalmente o neto. Com esse filho, que por sua vez é um neto, finalmente, construir-se-á uma identidade nacional pautada [...] a necessidade de falar de si mesmo, realçando a diferença pelo exótico e a representação do nacional pelos parâmetros da modernidade europeia parisiense e não paterna e portuguesa. O filho, dessa vez, não apenas muda o nome atribuído pelo pai, como também procura construir uma nova realidade que representa uma coisa diferente daquela originalmente projetada pela figura paterna. Nesse sentido, diante da visão paradisíaca projetada pela pelo pai, procura-se construir uma outra realidade, não menos fantasiosa, ressaltando os aspectos exóticos da natureza brasileira." Decca, de Edgar. *Tal Pai, Qual Filho?*, p. 94.

33 Barreto, Lima. "Clara dos Anjos", p. 23.

34 *Ibid.*, p. 23

35 O preconceito social é difícil de ser visto: "concordamos com eles porque compartilhamos suas atitudes – é por isso que a (possível) inocência de Capitu levou tanto tempo para ser descoberta e, talvez, também por isso, foi descoberta por uma mulher. [...] Machado foi capaz de iludir o leitor por ter sido capaz de lisonjear seus preconceitos". Gledson, John. *Machado de Assis: Impostura e realismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 9.

36 Barreto, Lima. "Clara dos Anjos". São Paulo: Ática, p.61.

37 *Ibid.*, p. 23.

38 *Ibid.*

39 *Ibid.*

40 Estamos aqui seguindo o raciocínio de Schwarz, quando ele afirma que a intromissão do narrador no romance de Machado de Assis, particularmente no *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, é um requisito técnico e que, para cumpri-

lo, “o narrador a todo momento invade a cena e ‘perturba’ o curso do romance. A crítica as tratou [as intromissões] como traço psicológico do autor, deficiência narrativa, superioridade de espírito, empréstimo inglês, metalinguagem, nada disto estando errado”. O ensaio do crítico vê as intromissões como forma da narrativa, ou seja, “como estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira”. Schwarz, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, p.17-18.

41 Barreto, Lima. “Clara dos Anjos”, p. 62

42 *Ibid.*, p.63

43 O valor dessa nota prende-se às inúmeras manias que foram descritas na revista. Completa a relação da insanidade do smartismo a mania do espelho: “o mais interessante nessas criaturas é a tendência irresistível a espelharem-se a todo momento. Não há superfície polida onde se possa refletir a imagem que não seja por eles festivamente visitada”. *A Aspiração*, p. 14, 1913.

44 Schwarz, Roberto. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo, Duas Cidades, 1990, p.119.

45 Expressão de Alcindo Guanabara citada por Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*. p.15

46 O campo de pesquisa sobre essa parcela significativa da população nacional foi aberto por Caio Prado Jr. Roberto Schwarz, dando continuidade a essa trilha, privilegia “não a vida senhorial, que tanto entusiasitava nossos historiadores mais conservadores; não o trabalho escravo, que era a preocupação maior da segunda geração de sociólogos da USP, como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Simplesmente privilegia o homem livre na na ordem escravocrata, para tomar o título da obra de Maria Sylvia de Carvalho Franco a que seus textos sempre remetem”. Schwarz, Roberto. *Ao Vencedor as batatas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, p. 254.

47 Barreto, Lima. “Clara dos Anjos”, p. 48.

48 *Ibid.*, p. 66.

49 *Ibid.*, p. 23.

50 *Ibid.*, 77.

51 *Ibid.*, p. 24. Estudos e pesquisas em processos-crime sobre esse assunto provam que “os estigma de aproveitadora era carregado por todas as moças que abrissem inquérito contra alguém de mais elevada situação econômica”. Esteves, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 57.

52 Barreto, Lima. “Clara dos Anjos”, p. 24. O pai de Cassi é um homem fraco, ou seja, numa sociedade na qual a presença e as posições assumidas pelos homens determinam a conformação moral da sociedade ou da estrutura moral da classe à qual pertencem, a paternidade, nesse caso particularmente, foi delegada à mãe. É a mãe que dita com seus argumentos buscados na estrutura social e convence o marido a salvar o filho da cadeia: O diálogo prova a consciência exata que o pai tinha das atitudes do filho: “qual calúnia, qual nada! Este rapaz é um perverso, é um sem-vergonha. Eu sei o nome das outras. Olhe: a Inês, aquela crioulinha que foi nossa copeira e criada por nós; a Luisa, que era empregada do doutor Camacho; a Santinha, que ajudava a mãe a costurar para fora e morava na rua Valentim; a Bernarda, que trabalhava no ‘Joie de Vivre’”.

53 *Ibid.* Além de afirmar várias vezes os profundos sentimentos morais do pai, o narrador realça a forma do seu comércio com os filhos: “nunca fora afetuoso: evitava até todas as exibições e exageros sentimentais; era, porém capaz de estimá-los profundamente, amá-los, sem abdicar, entretanto, do dever paterno de julgá-los lucidamente e puni-los consoante a natureza das suas respectivas faltas”.

54 Os positivistas “partilhavam com os liberais a certeza de que ‘não há sociedade sem governo, nem governo sem autoridade’, mas, diferentemente dos liberais [os positivistas], afirmavam que o poder político consiste numa ‘força social’ que ‘emana do próprio agrupamento dos indivíduos’, algo que ‘reside no corpo mesmo da sociedade’. O Estado regulador que propõem também não se confunde em suas origens com o Estado vigilante da sociedade oriunda do contrato social: naturaliza-se, e o ‘pátrio poder’ confunde-se com o poder público numa linha evolutiva que começa na família como forma elementar de controle dos impulsos humanos antagônicos: o egoísmo e o altruísmo”. Bresciani, Maria Stella M. O Cidadão da República (Liberalismo versus Positivismo) Brasil: 1870-1900. Revista USP, p. 128.

55 A leitura de Norberto Bobbio propiciou essas ideias. Além disso, Lima Barreto foi leitor dos clássicos do liberalismo, cujos autores constam em sua biblioteca. Norberto Bobbio afirma: “hoje estamos demasiadamente influenciados pela crítica exclusivamente econômica ao Welfare State para nos darmos conta de que o primeiro liberalismo nasce com uma forte carga ética, com a crítica do paternalismo, tendo a sua principal razão de ser na defesa da autonomia da pessoa humana. Sob esse aspecto, Humboldt vincula-se a Kant. [...] Mesmo em Smith, que de resto antes de ser um economista foi um moralista, a liberdade tem um valor moral”. Bobbio, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 21-22.

56 Barreto, Lima, “Clara dos Anjos”, p. 24.

57 *Ibid.*, p. 25.